

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201808/1143  
**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização  
**Estado:** Activa  
**Nível Orgânico:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
**Orgão / Serviço:** Instituto Politécnico de Portalegre  
**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado  
**Regime:** Carreiras Gerais  
**Carreira:** Técnico Superior  
**Categoria:** Técnico Superior  
**Grau de Complexidade:** 3  
**Remuneração:** €1201,48  
**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

### Caracterização do Posto de Trabalho:

Na área da promoção de investigação: levantamento e divulgação dos programas e entidades financiadoras de projetos, incluindo a elaboração do dossier de linhas de financiamento; recolha de ideias de investigação junto da equipa de investigadores da C3i e cruzamento com as linhas de financiamento disponíveis; participação em sessões públicas de apoio à investigação; apoio à atividade corrente da C3i, incluindo os seus núcleos de I&DT. Na área do apoio à gestão de projetos: interface nos contactos com os organismos gestores dos programas de financiamento, para novas candidaturas, entre outras atividades; apoio na elaboração de candidaturas de projetos de investigação a submeter a diferentes entidades financiadoras; apoio na gestão administrativa e financeira de projetos de I&DT; elaboração de procedimentos para contratação de bolseiros e respetiva renovação, se aplicável. Na área da valorização e disseminação dos resultados de investigação: apoio na realização de diversos eventos técnico-científicos e de estímulo à produção científica e investigação; apoio no acompanhamento e registo fotográfico dos eventos técnico-científicos; apoio na elaboração do plano e relatório de atividades anuais da C3i. Na área Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPP: apoio na elaboração de planos de ação no âmbito do sistema de gestão da qualidade, designadamente no processo de recolha de informação semestral e anual para a elaboração dos relatórios de execução de indicadores relativos ao processo Investigação.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;  
b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;  
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;  
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Licenciatura em área das Ciências Sociais e do Comportamento

**Grupo Área Temática**

Área Temática Ignorada

**Sub-área Temática**

Área Temática Ignorada

**Área Temática**

Área Temática Ignorada

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Politécnico de Portalegre	1	Praça do Município, nº 11		7300110 PORTALEGRE	Portalegre	Portalegre

**Total Postos de Trabalho: 1**

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:**

### Formalização das Candidaturas

**Envio de Candidaturas para:** Instituto Politécnico de Portalegre, Praça do Município, 11, 7300-110 Portalegre

**Contacto:** 245 301 500

**Data Publicitação:** 2018-08-31

**Data Limite:** 2018-09-14

### Texto Publicado

#### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Aviso de abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal do Instituto Politécnico de Portalegre, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 25 de julho de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal para 2018 do Instituto Politécnico de Portalegre, da categoria de Técnico Superior, da carreira de Técnico Superior – área da Promoção de Investigação e Apoio à Gestão de Projetos 2. Legislação aplicável - Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho - Instituto Politécnico de Portalegre, sito na Praça do Município, nº 11, 7300-110 Portalegre. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 do Instituto Politécnico de Portalegre, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6. Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: Na área da promoção de investigação: levantamento e divulgação dos programas e entidades financiadoras de projetos, incluindo a elaboração do dossier de linhas de financiamento; recolha de ideias de investigação junto da equipa de investigadores da C3i e cruzamento com as linhas de financiamento disponíveis; participação em sessões públicas de apoio à investigação; apoio à atividade corrente da C3i, incluindo os seus núcleos de I&DT. Na área do apoio à gestão de projetos: interface nos contactos com os organismos gestores dos programas

de financiamento, para novas candidaturas, entre outras atividades; apoio na elaboração de candidaturas de projetos de investigação e submeter a diferentes entidades financiadoras; apoio na gestão administrativa e financeira de projetos de I&DT; elaboração de procedimentos para contratação de bolseiros e respetiva renovação, se aplicável. Na área da valorização e disseminação dos resultados de investigação: apoio na realização de diversos eventos técnico-científicos e de estímulo à produção científica e investigação; apoio no acompanhamento e registo fotográfico dos eventos técnico-científicos; apoio na elaboração do plano e relatório de atividades anuais da C3i. Na área Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPP: apoio na elaboração de planos de ação no âmbito do sistema de gestão da qualidade, designadamente no processo de recolha de informação semestral e anual para a elaboração dos relatórios de execução de indicadores relativos ao processo Investigação. 7. Habilitações literárias exigidas: Licenciatura em área das Ciências Sociais e do Comportamento 8. Posição remuneratória: 2ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, a que corresponde a remuneração base de € 1 201,48 nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 9.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 9.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 7. do presente aviso. 9.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10. Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 10.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Instituto Politécnico (<http://www.ipportalegre.pt>) 10.2. Forma - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet deste Instituto Politécnico, em <http://www.ipportalegre.pt>, e remetido através de correio registado com aviso de receção, para Instituto Politécnico de Portalegre, Praça do Município, nº 11, 7300-110 Portalegre, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior, ou entregues pessoalmente na mesma morada até ao último dia do prazo, no horário de expediente (das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30). 10.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (OE2018...); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 10.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 10.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 11. Em conformidade com o n.º 4 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito. 12. Métodos de seleção: Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, será aplicado o método de seleção obrigatório Avaliação Curricular. 12.1. A avaliação curricular (AC) é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e o tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 12.2. São

motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; 12.3. Classificação final (CF): A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, que resultará da aplicação da seguinte fórmula em que:  $CF = AC (100\%)$  CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular. 12.3. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do Instituto Politécnico de Portalegre e disponibilizada na sua página eletrónica. 12.4. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 12.5 As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 12.6. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Instituto Politécnico de Portalegre, após aplicação dos métodos de seleção. 12.7. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 13. Composição e identificação do júri: Presidente: Luís Carlos Loures – Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre. Vogal Efetivo: José Manuel Gomes – Administrador do Instituto Politécnico de Portalegre. Vogal Efetivo: João Emílio Alves – Pró-Presidente da Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação (C3i) do Instituto Politécnico de Portalegre. Vogal Suplente: Valentim Alberto Correia Realinho – Subdiretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre. Vogal Suplente: Francisco António Canhão Morais – Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos e Financeiros do Instituto Politécnico de Portalegre. O Presidente do júri será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo. 14. A lista de classificação, após homologação é afixada em local público e visível nas instalações do Instituto Politécnico de Portalegre e disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda, publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83- A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 15. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Instituto Politécnico de Portalegre. 16. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido e evitar toda e qualquer forma de discriminação. 17. Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação atualmente em vigor. Portalegre, 30 de agosto de 2018 - O Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, Albano António de Sousa Varela e Silva

## Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

**Alteração de Júri**

---

**Resultados**

---

**Questionário de Terminó da Oferta**

---

**Admitidos**

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		

**Recrutados**

	<b>Masculinos:</b>	<b>Femininos:</b>
<b>Total:</b>		
<b>Total Portadores Deficiência:</b>		
<b>Total Com Auxílio da BEP:</b>		